

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**  
**DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**ESPECIALIZAÇÃO PRÁTICAS EDUCACIONAIS EM CIÊNCIAS E PLURALIDADE**

**ANDRESSA TOLEDO VARGAS**

**DESAFIOS DA ESCOLA EM DIVERSIDADE SEXUAL: VISÃO  
REALISTA E SITUACIONAL**

**MONOGRAFIA**

**DOIS VIZINHOS**

**2020**

**ANDRESSA TOLEDO VARGAS**

**DESAFIOS DA ESCOLA EM DIVERSIDADE SEXUAL: VISÃO  
REALISTA E SITUACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialização *Latu Sensu* em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidade, da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Kátia Elisa Prus Pinho

**DOIS VIZINHOS**

**2020**



## **TERMO DE APROVAÇÃO**

Desafios da escola em diversidade sexual: visão realista e situacional

Por

**ANDRESSA TOLEDO VARGAS**

Este trabalho de conclusão de curso foi apresentado às 9:00 h, do dia 03 de outubro de 2020, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista no Curso de Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidade 2019, Polo de São José do Rio Preto/SP, ofertado na modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Dois Vizinhos. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelas professoras abaixo assinadas. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

---

Prof<sup>a</sup> Dra Kátia Elisa Prus Pinho  
UTFPR – Campus Curitiba  
(orientadora)

---

Prof<sup>a</sup> Dra Zinara Marcet de Andrade  
UTFPR – Campus Dois Vizinhos

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Nanci Stancki da Luz  
UTFPR – Campus Curitiba

Dedico este trabalho às crianças e adolescentes que sofrem discriminação em silêncio devido a sua identidade de gênero e orientação sexual e aos professores sensíveis a esta causa.

## **AGRADECIMENTOS**

Registro aqui meu agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PECP/UTFPR) em parceria com a Secretaria de Educação de São José do Rio Preto/SP - Câmpus Dois Vizinhos, por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) criado pelo Ministério da Educação em 2005 no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior, sem o qual não seria possível a operacionalização de um curso de dezoito meses de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de São Paulo e Paraná.

Agradeço a todos os professores, que de forma direta e indireta, participaram deste curso, visto que essa conquista não seria possível se não fosse pela paciência e dedicação de cada docente.

À professora Dra. Kátia Elisa Prus Pinho, minha orientadora, por transmitir seus conhecimentos e compreensão nos momentos de dificuldade.

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia (FREIRE, Paulo, 1996).

## RESUMO

VARGAS, Andressa Toledo. **Desafios da escola em diversidade sexual:** visão realista e situacional. 2020. 48 f. Monografia Especialização em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidade - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dois Vizinhos, 2020.

Esta monografia versou sobre os desafios e as dificuldades dos professores em trabalhar equiparação de gênero e diversidade sexual na escola, e teve como foco analisar a importância da disciplina gênero e diversidade, embasada pelos princípios da educação em direitos humanos, nos cursos de graduação e pós-graduação de professores. A importância desse tema emerge pelo fato de que a sociedade contemporânea determina modelos heteronormativos, conservadores e estereótipos de gênero, que estão sócio-histórico-culturalmente arraigados. A presente pesquisa é de natureza qualitativa, realizada por meio de revisão bibliográfica em periódicos e livros, que se objetivou, compreender como o papel do educador é preponderante no combate a ações discriminatórias, vexatórias, desconstruindo o preconceito camuflado. Dessa forma, foi observado que a escola continua reprodutora de antigos paradigmas de omissão, marginalizando conteúdos relacionados ao tema. Logo, não são dadas as devidas importâncias e responsabilidade na formação de referências, as representações, subjetividades e as identidades. A instituição escolar precisa dispor de ambientes, materiais didáticos, metodologias e profissionais que possibilitem a prática de valores, igualdade e respeito mútuo às diferentes raças/etnias, identidades de gênero e orientações sexuais. Não obstante, são pertinentes as discussões sobre a necessidade da disciplina gênero e diversidades nos cursos de graduação e especializações. Faz-se, então, necessário o desenvolvimento de políticas públicas educacionais no âmbito dos Direitos Humanos, realização de formações e informações de modo a romper com os padrões de preconceitos existentes. Dessa forma, pretende-se construir um modelo educativo que prime pela diversidade e inclusão social, compreendendo que a escola, como arranjo social, deve ser o local por excelência de ensino-aprendizagem, com a intencionalidade de formar pessoas críticas e questionadoras da realidade vigente.

**Palavras-chave:** Diversidade sexual. Educação em Direitos Humanos. Formação docente. Gênero.

## ABSTRACT

VARGAS, Andressa Toledo. **School challenges in sexual diversity:** realistic and situational view. 2020. 48 p. Work of Conclusion Course Monograph Especialization in educational Practices in Science and Plurality - Federal Technology University - Paraná. Dois Vizinhos, 2020.

This dealt with the challenges and difficulties of teachers in working to match gender and sexual diversity at school, and focused on analyzing the importance of gender and diversity, based on the principles of human rights education, in undergraduate and postgraduate courses teacher graduation. The importance of this theme emerges from the fact that contemporary society determines heteronormative, conservative models and gender stereotypes, which are socio-historical-culturally ingrained. The present research is of a qualitative nature, carried out through bibliographic review in periodicals and books, which aimed to understand how the role of the educator is preponderant in combating discriminatory, vexing actions, deconstructing the camouflaged prejudice. Thus, it was observed that the school continues to reproduce old paradigms of omission, marginalizing content related to the theme. Therefore, due importance and responsibility are not given in the formation of references, representations, subjectivities and identities. The school institution needs to have environments, teaching materials, methodologies and professionals that enable the practice of values, equality and mutual respect for different races / ethnicities, gender identities and sexual orientations. Nevertheless, discussions on the need for gender and diversity in undergraduate and specialization courses are pertinent. It is therefore necessary to develop public educational policies within the scope of Human Rights, conduct training and information in order to break with existing patterns of prejudice. Thus, it is intended to build an educational model that excels in diversity and social inclusion, understanding that the school, as a social arrangement, must be the place par excellence for teaching-learning, with the intention of training critical people and questioning the current reality.

**Keywords:** Sexual diversity. Human Rights Education. Teacher training. Genre.



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 CULTURAS E ARRANJOS SOCIAIS MOLDAM COMPORTAMENTO HUMANO.....	12
3 DIFERENÇAS ENTRE IDENTIDADES DE GÊNERO, SEXUAL E ORIENTAÇÃO SEXUAL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.....	14
4 DESAFIOS DA ESCOLA.....	17
4.1 DIFICULDADES DOS PROFESSORES EM RECONHECER E TRABALHAR GÊNERO E SEXUALIDADE.....	18
4.2 IMPORTÂNCIA DE SE TRABALHAR GÊNERO E SEXUALIDADE DESDE O ENSINO FUNDAMENTAL.....	20
4.3 RESPONSABILIDADE DO CORPO DOCENTE NO COMBATE AO PRECONCEITO.....	22
5 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS BASEADA NOS DIREITOS HUMANOS.....	25
6 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS.....	28
7 IMPORTANCIA DE OFERECER ESTA DISCIPLINA DE GÊNERO E DIVERSIDADE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA.....	35
8 CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICE A - PLANO DE AULA - LINGUA PORTUGUESA.....	42
APÊNDICE B - PLANO DE AULA - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS.....	44
ANEXO A - ATIVIDADES EDUCACIONAIS PLURIDOCENTES - DECRETO Nº 13.538, DE 24 DE ABRIL DE 2007.....	46

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente, por meio das práticas sociais, ensinamentos sobre cultura, comportamentos e divisão de trabalho eram transmitidos de forma diferenciada para homens e mulheres, a princípio foi de acordo com as possibilidades de força física de cada indivíduo em executar as tarefas, e posteriormente pela questão heteronormativa.

Durante minha graduação em Pedagogia, 2005 a 2007, temas relacionados aos gêneros e diversidades não faziam parte da grade curricular. No entanto, sempre me sensibilizei pelas lutas por igualdade de gênero e respeito às diferentes identidades, pois em minha concepção a educação escolar faz parte do processo de humanização. A motivação para investigar as possíveis causas e consequências das dificuldades dos professores em como tratar assuntos sobre igualdade de gênero e diversidade sexual em sala de aula, fazendo a inclusão de alunos e alunas chamados de “diferentes”, resgatando-os da invisibilidade, surgiu a partir de relatos de amigos atuantes na área da educação, juntamente com o amor e dedicação apresentado nas aulas, pela professora de Gênero e Diversidade na Escola durante o curso de especialização em Práticas Educacionais e Pluralidade, realizado na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.

Os cidadãos e as cidadãs que não se enquadram em uma heteronormatividade, imposta pela sociedade, sofrem por homofobia, preconceito e discriminação, notadamente por causa de sua orientação sexual. Assim, as lutas por igualdades de gênero e respeito às diferenças têm sido constantes.

Ao nascer, as crianças já possuem papel pré-definido pela sociedade, relacionado ao seu sexo biológico, meninas terão que ser frágeis, delicadas e submissas e os meninos fortes, agressivos e autônomos. Conforme o livro Gênero e Diversidade na Escola (2009) logo nos primeiros anos do ensino fundamental acontece a aproximação espontânea das crianças por meio das amizades. No entanto, o professor ou professora pode observar se há situações que implicam discriminação, depreciação de um aluno em seu grupo, com apelidos ofensivos, perseguição, agressão física e às vezes questionamento sobre sua sexualidade.

É possível a escola como ambiente transformador da cultura romper com o paradigma da pedagogia das competências, deixar de somente apreciar os

resultados, mas também se tornar aliada no combate as discriminações associadas ao gênero e sexualidade?

Sim, é possível, pois quando a escola oferece uma educação pautada no respeito às diferenças de raça/cor, sexo, idioma, religião, opinião política, origem nacional ou condição social, potencializa a construção de identidades individuais e de grupos (DUDH,1948).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997) as manifestações e formações da sexualidade afloram em todas as faixas etárias. Crianças e jovens sofrem influências de diversas fontes (família, mídia, filmes, novelas e revistas).

Para Louro (1997) no espaço escolar, as questões referentes à sexualidade, se fazem presente por meio de conversas, piadas, brincadeiras, expressões e aproximações afetivas entre os/as estudantes, em grafites nos banheiros, paredes, ocorrendo até mesmo nas falas e atitudes do corpo docente.

Abordar educação sexual na escola contribui para a prevenção de consequências negativas entre os adolescentes como as dificuldades de aprendizado e o abandono dos estudos em função de sua orientação sexual. Consequentemente, crianças e jovens poderão viver sua sexualidade atual e futura com mais tranquilidade (PCN, 1997).

Devido à existência de uma cultura heteronormativa em nossa sociedade, crianças, adolescentes e jovens que compartilham do mesmo ambiente na escola. Como foco da presente pesquisa, é necessário expor os desafios que a educação contemporânea tem enfrentado. Logo, questionar atuais paradigmas educacionais e promover ações baseadas nos direitos humanos, valores de igualdade e respeito mútuo, permitem melhorar as práticas pedagógicas e combater às relações autoritárias, discriminatórias e homofóbicas.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é compreender os desafios da escola e as dificuldades dos docentes em abordar temáticas relacionadas à igualdade, diversidades de gênero e sexuais.

Para alcançar o objetivo geral, será necessário analisar como os docentes enfrentam situações de preconceito, discorrer sobre os ideais de educação em direitos humanos e investigar as possíveis maneiras que a escola e os docentes podem realizar suas práticas pedagógicas com base no respeito às diferenças.

O presente trabalho constituiu-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo e para o seu desenvolvimento foram realizadas pesquisas bibliográficas, analisando artigos, livros e diversas fontes de informações disponíveis.

Dessa forma, o trabalho foi estruturado e organizado em seis tópicos. No primeiro tópico discorre acerca de como a cultura e os arranjos sociais moldam o comportamento humano. Sobretudo, nas instituições escolares, onde acontecem encontros de diferentes culturas, raças/etnias, crenças religiosas e diversidades.

No segundo tópico, refletindo sobre os diferentes conceitos/definições entre as identidades de gênero e sexual (orientação sexual).

O terceiro tópico, trouxe os desafios que a escola contemporânea enfrenta, abordando por meio de pesquisas bibliográficas, possíveis dificuldades dos docentes em como lidar com situações preconceituosas e discriminatórias, suas deficiências em reconhecer e trabalhar gênero e sexualidade em sala de aula, a importância de se trabalhar gênero e sexualidade desde o ensino fundamental e as responsabilidades do corpo docente no combate ao preconceito.

No quarto tópico, abordou possíveis maneiras de práticas pedagógicas baseadas nos direitos humanos. Nos quais tais aspectos pesquisados foram refletidos à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No quinto tópico, apresentou documentos teóricos em políticas públicas educacionais existentes até o momento, trazendo diretrizes legais, resoluções e parâmetros que evidenciaram acerca do aperfeiçoamento profissional dos professores.

No sexto tópico, a importância de oferecer a disciplina Gênero e Diversidade nos cursos de graduação, especialização e formação continuada como forma de agregar novos conceitos sobre diversidades a este profissional.

Ainda, foi refletido sobre como a cultura de nossa sociedade influencia os comportamentos, os pensamentos, as ideologias e as diretrizes no espaço escolar na busca de possíveis metodologia de práticas docentes.

## **2 CULTURAS E ARRANJOS SOCIAIS MOLDAM O COMPORTAMENTO HUMANO**

A partir do século XX, é possível encontrar diversas pesquisas que estudam e analisam o desenvolvimento social humano, por meio de dados históricos e seus detalhes (LOURO, 1997). Assim, é possível constatar que a cultura influencia as relações entre os sujeitos, determinando costumes, crenças, maneiras de viver e ver o mundo.

De acordo com o livro *Gênero e Diversidade na Escola* (2009) a cultura é um fenômeno exclusivo do ser humano, refere-se à capacidade de dar significado às atitudes e costumes. Cada sociedade ou indivíduo, de diferentes épocas e lugares, confere diferentes significados aos momentos da vida aparentemente semelhantes. Logo a cultura, ultrapassa um sistema de costumes, pois “[...] é objeto de intervenção humana, que faz da vida uma obra de arte, inventável, legível, avaliável, interpretável.” (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, p. 22).

Diversos estudos definem cultura por diferentes perspectivas, assim como afirma Sacramento (2015) quando diz que para a Filosofia, a Cultura é o conjunto de manifestações humanas que divergem do comportamento natural. A cultura tem sua dimensão individual, quando se expressa por meio da interpretação pessoal e conforme a realidade.

Os estudos da Antropologia obtêm conhecimentos através das diversas manifestações culturais, na qual a sobrevivência da espécie humana é dependente da capacitação cultural. Ou seja, é a cultura que irá trabalhar de forma influente sobre a espécie humana, através de valores e regras, sendo a escola, como segundo modelo de espaço sócio cultural, logo após a família (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009).

A escola é um dos territórios sócio-culturais por onde circulam relações e valores. Segundo Sacramento (2015) os agentes da escola ensinam muito além do que apenas conteúdos curriculares, transmitem um conjunto de valores, hábitos, normas e regras sem se quer que tenham plena consciência.

Seguindo os mesmos apontamentos de Sacramento, Louro (1997, p.85) admite “[...] que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de

gênero, de classe [...]”. E que para qualquer iniciativa de novos ou mudanças dos atuais arranjos sociais, são necessárias parcerias solidárias entre todos os sujeitos envolvidos na prática educativa.

É verdade que na família, como também na escola, o importante é que os responsáveis compreendam que podem reforçar ou minimizar diferenças de gênero, gostos e aptidões relacionadas às características (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009).

O problema, entretanto, está articulado com os arranjos e normativas sociais. Conforme Louro (1997) “Em nossa sociedade, devido à hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, têm sido nomeados e nomeadas como diferentes aqueles e aquelas que não compartilham desses atributos.” (LOURO, 1997, p.49). Ainda ressalta que a atribuição da diferença é historicamente contingente, ou seja, acontecerá a partir de uma situação e de um momento histórico.

A sociedade coloca a heterossexualidade no polo positivo das dicotomias, dessa forma, “[...] relegando a homossexualidade ao lado doente, anormal, impróprio, nocivo, e levando, conseqüentemente, aqueles e aquelas que se identificam como homossexuais a se refugiar no segredo e no silêncio.” (LOURO, 1997, p.139).

O livro *Gênero e Diversidade na Escola* (2009) afirma que a escola apresenta e institui indivíduos, seguindo um modelo masculino, branco e heterossexual, sendo os demais indivíduos que não se encaixarem neste padrão, são tratados como inferior, estranho e diferente.

### **3 DIFERENÇAS ENTRE IDENTIDADES DE GÊNERO, SEXUAL E ORIENTAÇÃO SEXUAL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS**

Discutir e explicar as diferenças entre identidade de gênero, identidade sexual e orientação sexual se faz necessário à medida que os termos são relativamente novos, instáveis e passíveis de transformação (LOURO, 1997). Conseqüentemente, suas definições são facilmente interpretadas incorretamente.

De acordo com Sacramento (2015) a diversidade está na essência do ser humano, porque é através das relações de uns com os outros, que os seres humanos se diferenciam e se identificam.

Conforme o livro *Gênero e Diversidade na Escola* (2009) para as ciências humanas e sociais, gênero está ligada às relações sociais, onde os comportamentos são reflexo da cultura. Em outras palavras, “[...] gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos.” (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, p.39).

De fato, em se tratando de gênero, os PCNs (1997) mencionam que o conceito de gênero está relacionado às representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos. É verdade que desde muito cedo, padrões de comportamentos são ensinados de forma diferente para homens e mulheres. Dessa forma, “Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de masculino e feminino como construção social.” (PCNs, 1997, p.99).

Segundo Louro (1997) alguns estudiosos estão investigando melhores definições entre os termos gênero e sexualidade ou identidades de gênero e identidades sexuais e acentuando algumas diferenças imprescindíveis. Visto que no dia a dia, essas dimensões são facilmente confundidas.

A identidade de gênero está continuamente em construção transitória e transformação histórica pessoal, sendo que nas relações sociais “[...] os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo.” (LOURO, 1997, p. 28).

Dessa forma, fica claro que gênero e sexualidade fazem parte da personalidade de cada pessoa, transformam-se condizente com os valores sociais vigentes de cada época. Em resumo, “[...] é a cultura que constrói o gênero,

simbolizando as atividades como masculinas e femininas.” (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, p. 46).

Identidade de gênero é a forma como o ser humano se sente, se apresenta perante a sociedade, pela forma de agir, se vestir, interagir e se expressar, ou seja, consiste no modo como o indivíduo se identifica com o seu gênero e o qual deseja ser reconhecido na sociedade como homem ou mulher.

Para Melo e Santos (2016) o termo Diversidade Sexual, é empregado para nomear as diversas formas e possibilidades de expressões da sexualidade. Em contrapartida, gênero é o termo para diferenciar as dimensões biológica e social, seguindo o pressuposto que há duas dicotomias, machos e fêmeas.

Louro (1997) evidencia que as identidades de gênero e sexual estão inter-relacionadas, por meio da linguagem e atitudes. No entanto, as identidades de gênero e sexuais não são iguais, porque indivíduos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais. Louro (1997) constatou que o importante é considerar que as dinâmicas de gênero como as de sexualidade são identidades sempre construídas, instáveis e passíveis de transformação, sendo impossível determinar o momento exato de finalização.

Segundo o livro Gênero e Diversidade na Escola (2009) identidade sexual refere-se a duas questões diferenciadas. Por um lado, é o modo como a pessoa se percebe em termos de orientação sexual; por outro lado, é o modo como ela torna pública (ou não) essa percepção de si em determinados ambientes ou situações. A identidade sexual corresponde ao posicionamento (nem sempre permanente) da pessoa como homossexual, homossexual, heterossexual ou bissexual, e aos contextos em que essa orientação pode ser assumida pela pessoa e/ou reconhecida em seu entorno.

Para Louro (1997) quando somente a identidade heterossexual é considerada como normal e natural, nega-se então, a possibilidade de qualquer outra identidade de ser construída socialmente.

De acordo com os PCNs (1997) tanto a inteligência quanto a sexualidade, afloram em todas as faixas etárias, conforme estímulos recebidos pelas interações individuais e com o meio cultural.

Em poucas palavras, o livro Gênero e Diversidade na Escola (2009) afirma que na escola os estudantes podem constatar que são diferentes. Além disso,



alunos e professores, podem ser promotores pela transformação do país sem preconceitos, orgulhoso e respeitoso da sua rica diversidade.

Tanto Louro (1997) quanto o livro *Gênero e Diversidade na Escola* (2009) assinalam que é na escola que as diferenças de gêneros, sexuais, etnia e classe são percebidas, por meio das normas, metodologias, materiais e livros didáticos, organização da escola e processos de avaliação.

O fato é que os temas sobre sexualidade e socialização de gêneros é patrulhado na escola por diversas maneiras, em relação a meninos e meninas. O problema é que não se pode deixar de evidenciar que “[...] a orientação sexual e a identidade de gênero são objeto permanente de atenção e controle.” (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, p. 175).

E independente da escolha de cada aluno em como vivenciar sua sexualidade, para o docente cabe à prática educativa reflexiva, por meio do aprendizado individual e coletivo.

#### 4 DESAFIOS DA ESCOLA

A escola contemporânea precisa reinventar-se, aprender a lidar com os diferentes arranjos sociais, desconstruir estereótipos, organizar seus conteúdos e métodos respeitando a diversidade cultural individual, consoante às diretrizes da educação básica.

Uma vez que a escola desnaturalize e desconstrua diferenças de gênero, questione desigualdades de sexo, raça/etnia, irá contribuir com o processo de socialização e construção da identidade de gênero, existente durante a infância e adolescência, formando os futuros cidadãos (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009).

Para Sacramento (2015) educadores em geral precisam abolir seus receios e terem a consciência de que sua omissão em não trabalhar questões de gênero, raça/etnia e orientação sexual resulta em comportamentos de exclusão entre os estudantes. E os profissionais da educação que optarem por práticas inclusivas sobre a temática gênero, raça/etnia e orientação sexual, precisarão decidir pelo enfrentamento.

Contudo, a escola ainda que capacite, apoie, oriente o corpo docente e os demais servidores ligados à educação, no sentido de tornarem-se capazes de desenvolver ações e construir conhecimento científico, necessita formar alianças com as famílias e comunidade em geral.

Faz-se interessante ressaltar os dizeres de Louro (1997) referente aos livros didáticos e paradidáticos, por trazerem representações de gêneros e classes sociais. São apontados dois mundos paralelos, ora um mundo público masculino, ora um mundo doméstico feminino, as diferentes atividades de homens e de mulheres, de brancos e de negros/ índios. Desse modo privilegia a hegemonia das etnias como também acentua as divisões regionais do país, pois assim, nega-se “A ampla diversidade de arranjos familiares e sociais, a pluralidade de atividades exercidas pelos sujeitos, o cruzamento das fronteiras, as trocas, as solidariedades e os conflitos [...]” (LOURO, 1997, p.70).

Tanto o livro Gênero e Diversidade na Escola (2009) quanto Louro (1997) afirmam que ações de omissão, invisibilidade, negação de oportunidades e silenciamento por parte dos professores contribuem para a fabricação das diferenças, sexismo e homofobia.

Muitos educadores conservadores ignoram a existência de atitudes de discriminação, são indiferentes, preferem ocultar ou negar espaço legitimado na sala de aula aos alunos homossexuais, com a pretensão de manter uma possível normalidade de valores e comportamentos bons e confiáveis. Entretanto, os resultados dessa ação é o confinamento destes alunos a “gozações” e insultos nos intervalos, jogos, fazendo com que jovens homossexuais, sejam reconhecidos como desviantes.

O livro *Gênero e Diversidade na Escola* (2009) referencia-se ao Movimento LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e transsexuais) por suas conquistas político-sociais ao sensibilizar e conscientizar a população brasileira pelas formas de discriminação devido à orientação sexual, e denuncia que muitos estudantes abandonam os estudos, em função de violências físicas e psicológicas. Mas ainda a urgência de incluir no currículo escolar, conteúdos sobre diversidades e orientação sexual, como forma de superação de preconceitos e enfrentamento a homofobia.

Quando a escola não oferece possibilidades concretas de legitimação das diversidades (nas falas, nos textos escolhidos, nas imagens veiculadas na escola etc) o que resta aos alunos e alunas, senão a luta cotidiana para adaptar-se ao que esperam deles/as ou conformar-se com o status de “desviante” ou reagir aos xingamentos e piadinhas e configurar entre os indisciplinados? E, por último, abandonar a escola. (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, p. 32).

Sacramento (2015) volta a salientar que a escola precisa estar pedagogicamente preparada para os debates de gênero, raça/etnia e orientação sexual, integrar as culturas para a convivência com as diferenças, a fim de construir uma sociedade mais fraterna.

#### 4.1 DIFICULDADES DOS PROFESSORES EM RECONHECER E TRABALHAR GÊNERO E SEXUALIDADE

Para poder encontrar a(s) resposta(s) a esse questionamento, deve-se primeiramente analisar o conhecimento cultural e social sobre gêneros, diversidades

e sexualidades, buscar por estudos/pesquisas e metodologias sobre os assuntos a serem abordados.

Para Virginio, Virgínio e Campos (2015) educadores ministram suas aulas seguindo modelos rígidos e estereotipados, segregando comportamentos masculinos e femininos. No dia a dia escolar, as reflexões relacionadas às diversidades de gênero, orientação sexual, social e étnica, frequentemente estão ausentes. Para os autores, são necessários debates, discussões acerca dos assuntos, com o objetivo de superar e desconstruir concepções discriminatórias e ideologias intolerantes.

Louro (1997) a partir de suas pesquisas afirma que a escola não trabalha a temática sexualidade de forma significativa e aberta com os alunos. E que alguns professores relatam que educação sexual não seja missão da escola, não precisando preocupar-se com tais questões, deixando este assunto a cargo das famílias, devido a escolhas morais e religiosas.

Como se fosse possível manter a sexualidade para fora dos muros escolares. Todavia, é necessário que a escola reconheça que a sexualidade está implícita nos estudantes, independente se há educação sexual. O que Louro deixa claro é que a instituição escolar segue padrões masculinos e femininos heterossexuais, impostos pela sociedade. Então, qual seria o receio da escola em abordar tal temática?

Talvez pela visão da escola, a resposta esteja na concepção da identidade heterossexual é (ou supostamente parece ser) normal, e que todas as expressões sexuais são construídas, legítimas e frágeis, pois diferentes pessoas vivenciam diversos modos de desejos e prazeres (LOURO, 1997).

Assim, tanto o Livro *Gênero e Diversidade na Escola* (2009) quanto Louro (1997) apontam para diversas situações em que professores fazem comentários homofóbicos, pejorativos, discriminatórios e vexatórios, a fim de manter a sala organizada e garantir a disciplina. Como por exemplo, nas seguintes frases:

São utilizadas frases como: “você está parecendo mulherzinha; isso é coisa de menino/de homem; peça para as meninas limparem isso; mande os meninos carregarem a caixa; as meninas estão muito saidinhas; tenha uma postura de homem, rapaz!”? Muitas vezes, em reuniões de conselho de classe ou em conversas informais na sala dos/as professores/as, são utilizadas expressões como: “aluna esforçada, aluno relaxado; menina galinha, menino conquistador; moça vulgar, rapaz garanhão; menina masculinizada, menino afeminado; menina matraca, menino caxias”. (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, p. 165).

Situações preconceituosas, discriminatórias e competitivas acontecem em brincadeiras que ridicularizam garotos, “[...] chamando-os de menininha, ou nas perseguições de bandos de meninas por bandos de garotos.” E no momento das atividades físicas e/ou escolares quando há a segregação de meninos e meninas, pela professora (LOURO, 1997, p. 79).

Segundo Sacramento (2015) o professor que deseja atuar numa dimensão inclusiva de temas relacionados às diversidades e sexualidades requer outro olhar sobre as culturas, por diferentes ângulos e pontos de vista. Faz-se necessário o docente desvincular-se de crenças, costumes estereotipados e verdades absolutas, buscar outras perspectivas da realidade.

#### 4.2 IMPORTÂNCIA DE SE TRABALHAR GÊNERO E SEXUALIDADE DESDE O ENSINO FUNDAMENTAL

A instituição escolar exerce um papel social e educativo fundamental desde as primeiras faixas etárias, e precisa aprender a lidar com as diferentes relações sociais, de gênero e sexualidade, visto que no atual contexto social, manifestações preconceituosas e discriminatórias, resultam em sofrimento e situações de exclusão social.

Pelo livro *Gênero e Diversidade na Escola* (2009) é preciso romper com o paradigma de manifestações preconceituosas na escola. Uma vez que, mulheres e homens que não demonstrem masculinidade violenta, sofrem com discriminação, violências psicológica e física. Somando-se a esse contexto atos de vandalismo e depredação das instalações do prédio escolar.

Para o livro *Gênero e Diversidade na Escola* (2009) durante muito tempo padrões de gênero (masculino e feminino) e sexualidades diferentes do que a base da ordem social determinava, eram tidos como patologias/anomalias. Em que relacionamentos entre pessoas de sexos diferentes (heteronormatividade) são normais, corretos e saudáveis. Esta doutrina resulta em violência contra jovens homoafetivos e transgêneros e também colabora para a dominação masculina.

A masculinidade tóxica, entre meninos e adolescentes, é construída a partir de controles ideológicos de oposição à homossexualidade e feminilidade, destina-se “[...] a exorcizar qualquer sinal de atração por outros meninos, assim como qualquer atitude classificada como feminina.” (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, p.125).

São saberes necessários do educador, compreender que a educação possibilita intervenção no mundo. De modo que, essa intervenção signifique “[...] além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento.” (FREIRE, 1996, p. 98).

Em poucas palavras Sacramento (2015) discorda da postura da escola em não trabalhar a educação sexual, em que a escola deixa a responsabilidade da educação sexual a cargo da família/religião. Visto que, muitas vezes, a família desconhece as várias nuances da sexualidade. Pois, quando a escola é inclusiva, não pode eximir-se. A omissão escolar perpetua para a exclusão de mulheres, homossexuais, afrodescendentes e indígenas, ou seja, todos aqueles que estão à margem da heteronormatividade, pré-estabelecida pelo homem branco, hetero e sem deficiência física ou mental.

Mas ainda, cabe um questionamento: por que conteúdos relacionados à sexualidade não devem fazer parte do currículo? Sob a justificativa de serem conteúdos de foro íntimo ou religioso. Esse pensamento exemplifica como a escola “[...] pode perpetuar práticas contrárias à diversidade ou, pelo contrário, se tornar um espaço-chave para a sua crítica.” (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, p.166).

De acordo com o livro *Gênero e Diversidade na Escola* (2009) um estudo realizado em Escolas do Rio de Janeiro/RJ, mostrou que o preconceito contra alunos homossexuais ou afeminados acontece com mais frequência, em comparação a outros determinantes como raça/etnia. Diante disso, constatou-se que

discriminar pessoas pela sua raça/etnia é mais vergonhoso e criminoso do que contra homossexuais. Sendo a escola uma instituição normalizadora da era moderna, os professores não percebem o quanto a masculinidade e a feminilidade são lapidadas e construídas de forma silenciosa e sutil, através de falas, olhares, comportamentos e ocupações dos espaços.

#### 4.3 RESPONSABILIDADES DO CORPO DOCENTE NO COMBATE AO PRECONCEITO

O educador progressista é compromissado com uma ação pedagógica transformadora e, reflexiva com sua práxis. Ainda, compreende que o preconceito pode acontecer por meio de palavras discriminatórias ou expressões vexatórias, mas, sobretudo, quando é negado o direito de escolha e convivência social a essas pessoas.

Cabe apontar aqui que pela visão de Louro (1997), as identidades entre meninos e meninas são produzidas por meio de relações sociais desiguais, através da omissão escolar em prol a cultura do sexismo. Conseqüentemente, a escola imprime sua marca, quando realiza múltiplos e discretos mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização.

Freire (1996) discursa sobre ter ética na docência, ao afirmar que o educador deve seguir a rigorosidade da ética, condenando o cinismo, e quaisquer outras atitudes discriminatórias:

A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero e de classe. É por esta ética inseparável a prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles. (FREIRE, 1996, p.16).

De acordo com o livro *Gênero e Diversidade da Escola* (2009) no ambiente escolar a homofobia está presente, através de atitudes de intolerância, expressões

de ideias e imagens homofóbicas. Adolescentes, jovens, docentes e funcionários relatam já terem sido ofendidos devido à sua sexualidade no ambiente escolar. Situações de marginalidades agravam-se devido ao abandono escolar, expulsão da família, pela falta de oportunidades em geral, acarretando a entrada para a prostituição.

Logo o preconceito produz desigualdades, situações de discriminação e violência acontecem de diferentes maneiras, por ambas as partes envolvidas, “[...] tanto por aqueles/as que se distanciam dos padrões esperados em termos de orientação sexual, identidade de gênero, cor/raça e condição socioeconômica, como por aqueles/as igualmente preocupados em serem aceitas/os como normais” (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, p.148).

Para Sacramento (2015) a postura do docente deve ser investigativa, procurar saber o motivo do desinteresse ou dificuldade da aprendizagem, pois as raízes do problema, podem estar em outras variáveis extraescolares. Como por exemplo, violência doméstica, psicológica devido ao gênero e orientação sexual, condições sociais, escassez de alimentação, sem descartar uma autorreflexão da postura autoritária.

É indiscutível que a instituição escolar ao cumprir sua responsabilidade de formar cidadãos, se compromete em oferecer conhecimentos e métodos em prol da defesa das culturas, leis e normas. Propor um plano de ação, uma aposta pedagógica desafiadora para a valorização da diversidade, capaz de provocar mudanças nos envolvidos, sendo capazes de:

- a) aprender a escutar;
- b) aprender a formular argumentos;
- c) aprender a avaliar argumentos e situações;
- d) aprender a trabalhar em equipe.

A convivência com a diversidade implica o respeito, o reconhecimento e a valorização do/a outro/a, e não ter medo daquilo que se apresenta inicialmente como diferente. Esses são passos essenciais para a promoção da igualdade de direitos. (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, p.31)

Ao mesmo tempo, os docentes precisam estar interessados e dispostos a estabelecer vínculos de confiança com os alunos. É importante que os educadores realizem atividades de sensibilização, oficinas e cursos. Para que a atualização e



troca de experiências entre os educadores seja concretizada, são necessários encontros periódicos com organizações da sociedade civil e a órgãos ligados ao governo (área da saúde, juventude, direitos humanos, criança/adolescente, cultura e esportes), formando uma rede visível e articulada (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009).

Louro (1997) assinala que deve existir a parceria entre o corpo docente e a sociedade civil, por meio de difusões, discussões e questionamentos sobre os atuais paradigmas de gênero e sexual, resultando em redes de aliança e solidariedade, dentro e fora da escola.

Não somente parcerias e/ou alianças serão necessárias, todavia, Louro (1997), afirma que é fundamental apropriar-se das origens das desigualdades sociais, interferir nos jogos de poder, ter sensibilidade e disposição para pesquisar estudos relacionados aos negros, as feministas, aos gays e lésbicas.

Sobre os ensinamentos de Freire (1996) pode-se concluir que ensinar exige comprometimento ético na prática, humildade, tolerância, respeito à autonomia dos educandos. Sobretudo, quando o autor destaca que se deve ensinar aos educandos o pensar e fazer certo, repudiando a qualquer forma de discriminação. Pois, “A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia.” (FREIRE, 1996 p.36).

Neste cenário, a tarefa de pensar e fazer certo assume uma postura democrática, desenvolve no aluno a consciência de seu inacabamento, o desejo em desconstruir todo e qualquer preconceito, ou seja, tornando-se cidadão ético.

## 5 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS BASEADA NOS DIREITOS HUMANOS

É necessário discorrer de que forma os professores podem atuar a fim de promover uma educação não-discriminatória, pois desde há tempos, a classe estudantil que não se enquadram em uma heteronormatividade, são discriminados, devido a sua identidade de gênero, orientação sexual e raça/etnia.

Então, se espera intervenções dos professores nas relações de conflitos entre os discentes, posicionar-se contra todas as formas de injustiça, rivalidade e segregação. A função social na qual o professor está comprometido desempenha um papel de extrema importância na desconstrução de estereótipos e na quebra de paradigmas normativos.

O que importa, portanto, é modificar as ações dos docentes, que devem caminhar no sentido de serem mais humanizadas, preparar o aluno para o convívio em sociedade com respeito às diferenças baseadas nas premissas dos direitos humanos (SACRAMENTO, 2015).

Assim, o professor quando se propõe a transformar-se, buscando por conteúdos e metodologias baseadas nos direitos humanos, como uma das formas de conscientização e formação, contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária em oportunidade entre as diferentes diversidades de gêneros, orientação sexual e raça/etnia.

De acordo com o livro *Gênero e Diversidade na Escola* (2009) o corpo docente pode minimizar ações discriminatórias dentro da sala de aula, relacionadas à orientação sexual. As melhores maneiras são as realizações de diálogos reflexivos com os alunos sobre como internalizar e reproduzir variados padrões de comportamentos (alimentação, vestuário, estética) e estilos de vida associados à sexualidade (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009).

Em se tratando de metodologias que podem ser aplicadas em sala de aula, Louro (1997) exemplifica ao citar discussões em grupos sobre representações (femininas, africana/afrodescendentes, indígenas) encontradas nos livros didáticos (sujeitos históricos) e nas mídias atuais, produção de textos não sexistas e não racistas e recepção da cultura juvenil (construção de gênero, sexualidade, etnia).

Nesse sentido, Carrara (2009) ressalta que o espaço escolar não deve apresentar uma verdade absoluta, e sim proporcionar aos estudantes, possibilidades

de compreender as implicações éticas e políticas por diferentes perspectivas, construir sua própria opinião, ou seja, educação não é doutrinação.

Freire (1996) argumenta que o professor deve guiar sua prática pedagógica pela ética e estética, contra todas as práticas de desumanização e qualquer forma de discriminação, exercer autoridade e não autoritarismo e realizar a corporeificação de suas palavras por meio de atitudes e exemplos. Deixar transparecer a capacidade de intervir e mudar a cultura da diferença, da xenofobia, da homofobia, da transfobia e do racismo na sociedade.

Uma educação baseada em direitos humanos acontece à medida que a escola pratica uma educação respaldada no (re)conhecimento ao respeito mútuo sobre as diferenças entre os indivíduos, no sentido de que os alunos tenham ciência e criticidade de seus direitos e deveres, preparando o aluno para o exercício da cidadania.

Logo, não existe democracia de verdade sem respeito às diferenças, pertencentes à construção da identidade da população, sendo o Brasil um país miscigenado, devido à colonização e migração de diferentes povos, culturas, raças/etnias.

Em 1948, A Assembleia Geral das Nações Unidas promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos que em seu artigo segundo declara que todo ser humano detém de direitos e liberdade sem distinção de raça/etnia, sexo, nacionalidade, status social, religião, opinião política ou de outra natureza ou condição. E no artigo vigésimo sexto trata dos direitos a educação em que “Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória.” (DUDH,1948).

Devido à escola ser um espaço de convivência sociocultural, em que diferentes identidades se encontram e se modelam, se faz necessário o aperfeiçoamento de professores, diversas disciplinas, aos conteúdos sobre identidades de gêneros, étnico-raciais e orientações sexuais. A fim de que esses profissionais saibam abordar conteúdos relacionados ao gênero e diversidades nas suas variadas formas e transversalidades (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009).

Em maio de 2012, o Conselho Nacional de Educação estabeleceu a primeira Resolução especializada em práticas educacionais em Direitos Humanos, cujo

objetivo era formar cidadãos para conviver com diferentes organizações sociais, políticas, econômicas e culturais nos diversos níveis, a fim de promover uma educação para mudança e transformação social (BRASIL, 2012).

Destarte, o livro *Gênero e Diversidade na Escola* (2009) ressalta que o importante é fomentar políticas públicas e propor planos em defesa dos direitos de homens, mulheres, independente de raça/etnia ou orientação sexual, em todas as faixas etárias.

Dessa forma, é importante que o professor consiga ter suas ações pedagógicas em consonância com os referenciais teóricos atuais. Para auxiliar o docente nessa transposição teórica é importante o uso de modelos de práticas pedagógicas coerentes e inovadores para que possam se basear. Contudo, este trabalho apresenta dois planos de aula de própria autoria, que estão nos apêndices, um de Língua Portuguesa e outro de Ciências Humanas e Sociais com o objetivo de colaborar com a prática escolar como tema transversal.

O plano de aula do componente curricular Língua Portuguesa foi elaborado para crianças do terceiro ano do ensino fundamental I (Apêndice A). Tal modelo utiliza uso do romance *Menina bonita do laço de fita*, com o intuito de valorizar a cultura afrodescendente e combater o racismo. Já o plano de aula de Ciências Humanas e Sociais foi desenvolvido para o Ensino Médio (Apêndice B). Esse plano leva em consideração a leitura do livro *“Menino de Engenho”* e a exibição do documentário *“A Máscara Em Que Você Vive”* trazendo como o objetivo de combater a masculinidade tóxica.

## 6 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Ações para a criação de políticas públicas educacionais representam a concepção de mundo e de educação de um determinado grupo, pelas quais podem ser traçadas diretrizes e legislações.

Cursos de formação continuada e especialização para professores são fundamentais para a promoção de melhorias na qualidade da educação. Sob essa ótica, ganha particular relevância todas as políticas públicas educacionais criadas no sentido de buscar melhorias e mudanças em atuais paradigmas de ensino.

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (BRASIL, 1996) passou a ser amplamente divulgada a necessidade de especialização dos docentes, nas três etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), sendo como um dos princípios de qualidade da prática pedagógica.

Conforme o artigo sessenta e dois, parágrafo primeiro “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério” (BRASIL, 1996, p.20).

A partir do artigo sessenta e três é possível constatar como a lei trata da necessidade de programas de formação continuada aos profissionais da educação, em seus diferentes níveis. Dessarte, as instituições superiores têm como incumbência viabilizar cursos de aperfeiçoamento aos docentes:

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:  
I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;  
II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;  
III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis. (BRASIL, 1996, p.20).

Com base neste artigo da LDBEN (BRASIL, 1996), em 2004, foi criada a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, com coordenação, suporte técnico e financeiro do Ministério da Educação. Com o propósito de firmar parceria com as instituições de ensino superior (públicas, federais e estaduais), para a

elaboração e aplicação de materiais/conteúdos nos cursos de formação continuada (BRASIL, 2004).

No município de São José do Rio Preto/SP, em abril de 2007, foi assinado o decreto nº 13.538, a fim de regulamentar as atividades educacionais pluridocentes, ou seja, atividades educacionais complementares destinadas ao atendimento de alunos e professores, cursos de formação continuada e de projetos especiais. Os quais deveriam ministrados em horários opostos ao trabalho. E desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação ou outra Instituição (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2007).

A quarta Resolução de 2010, homologada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, abordaram a formação inicial e continuada de professores (BRASIL, 2010).

Na quarta Resolução de 2010, o quarto capítulo é destinado à formação inicial e continuada. Os artigos cinquenta e seis ao sessenta contemplaram a necessidade de programas para o aprimoramento do trabalho cooperativo em equipes, dentre eles, o projeto político-pedagógico, a (re)construção de conhecimentos, competências e habilidades para integrar comunidade escolar e familiares dos alunos.

Em 2012, a partir da publicação da Primeira Resolução (BRASIL, 2012) especializada em práticas educacionais fundamentadas nos direitos humanos, se faz interessante ressaltar que a educação em direitos humanos é componente curricular obrigatório nos cursos de formação inicial e continuada dos docentes.

Devendo também estar presente na elaboração do projeto-político, regimentos, planos institucionais, materiais didáticos, paradidáticos e nos diferentes processos de avaliação das escolas (BRASIL, 2012).

Para o livro *Gênero e Diversidade na Escola* (2009) devem-se fomentar políticas públicas educacionais voltadas a conscientização e valorização da diversidade, no combate à discriminação, ampliando o acesso e melhorando o atendimento aos grupos discriminados (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, entre outros). Tomando por base o texto da Conferência Nacional de LGBT de 2008, ao citar que:

políticas socioeducacionais e práticas pedagógicas inclusivas, voltadas a garantir a permanência, a formação de qualidade, a igualdade de oportunidades e o reconhecimento das diversas orientações sexuais e identidades de gênero e étnico-raciais, contribuem para a melhoria do contexto educacional e apresentam um potencial transformador que ultrapassa os limites da escola, em favor da consolidação da democracia. (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009. p. 33).

Vale observar que o Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014), decretado pelo Congresso Nacional, com vigência de dez anos, estabeleceu vinte metas, com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino, por meio, da capacitação dos profissionais da educação e enfrentamento das desigualdades sociais, fazendo-se assim, cumprir o artigo ducentésimo décimo quarto da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Assim, a meta 16 do PNE (2014) discorre exclusivamente sobre a formação continuada, onde metade dos professores da educação básica deverá especializar-se a fim de atender as demandas dos sistemas de ensino. Para que isso ocorra, algumas estratégias foram traçadas, como expansão de bolsas de pós-graduação, programas de acesso a obras literárias, didáticas e paradidáticas, incluindo materiais produzidos em Libras e Braille (BRASIL, 2014).

Em 2017, o Ministério da Educação aprovou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como política pública, com a finalidade reunir aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas (públicas e privadas) da educação básica em todo o país.

Soares (2018) constatou que a BNCC não contemplou gênero e orientação sexual como conteúdos a serem trabalhados. Dessa forma, fez com que essas temáticas deixassem de ser obrigatórias na grade curricular.

Evidenciando, que tal medida representa um retrocesso as temáticas sobre gênero e diversidades sexuais, visto que, faz parte da escola o convívio com as diferenças.

Por conseguinte, Soares (2018) ao elaborar seu mestrado, percebeu a ausência da disciplina Gênero e Diversidade nos cursos de graduação inicial e pós-graduação, bem como, a escassez do tema em livros didáticos, evidenciando uma contradição com a realidade contemporânea.

A pesquisa, *As Políticas de Educação em Sexualidade no Brasil*, realizada no período de 2003 a 2008, pela Fundação Ford e a organização não governamental Espaço Cidadania e Oportunidades Sociais tiveram por objetivo pesquisar as grades curriculares, as ementas dos cursos e as políticas de governo voltadas para a educação sexual, em mais de dois mil cursos de pedagogia (SOARES, 2018).

A conclusão desta pesquisa foi que sessenta e oito cursos em quarenta e uma universidades realizava alguma referência às palavras-chave sexualidade, educação sexual, relações de gênero, diversidade sexual, HIV-Aids, prevenção, corpo e corporeidade.

Constatou-se, a adesão optativa da disciplina Gênero e Diversidade, em somente quarenta e dois por cento dos cursos em nível nacional. Devido ao fato do crescimento das graduações pelo modelo de Educação a Distância, as políticas de formação docente pouco priorizaram a formação inicial em gênero, ou é opcional dos cursos de Pedagogia, fora da grade regular. E adesão obrigatória da disciplina Gênero e Diversidade, com maior frequência em Instituições Estaduais de Ensino Superior da Região Sul (SOARES, 2018).

Conforme o Relatório Final dos Trabalhos da Câmara de Formação Pedagógica (2017) até meados de 2017, a Rede Municipal de Ensino do município de São José do Rio Preto/SP ofertava cursos de aperfeiçoamento aos professores, mas que foram cessados (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2017).

Mostra-se no mínimo inoportuna promover tal ruptura, pois não se pode ignorar o que foi construído pela Rede até então, e que se faz necessária à atenção aos ajustes, aos anseios e às demandas desse sistema como um todo.

Os frutos destas ações interrompidas culminaram no descontentamento da maioria dos professores, uma vez existentes demandas, diversidades e dificuldades na prática educativa.

A partir de então, um relatório com embasamento legal, pesquisas e diretrizes acerca da formação continuada foi elaborado pela Câmara de Formação Pedagógica composta por diversos profissionais da educação. Onde questionários foram enviados às unidades escolares, com o intuito de reunir informações que subsidiassem os estudos.

O documento final foi entregue à Secretária Municipal de Educação, na forma de relatório, apresentando diretrizes, perfis dos profissionais, suas necessidades formativas e anseios.



A partir das informações relatadas pelos profissionais da educação, foi possível quantificar os dados, e formular gráficos.

No Relatório de Formação Pedagógica (2017) os professores do Ensino Fundamental I, que engloba do primeiro ao quinto ano, com crianças na faixa etária a partir dos seis anos até aos dez anos, expressaram seus anseios e dificuldades, os quais os dados estão apresentados na Figura 1 (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2017).

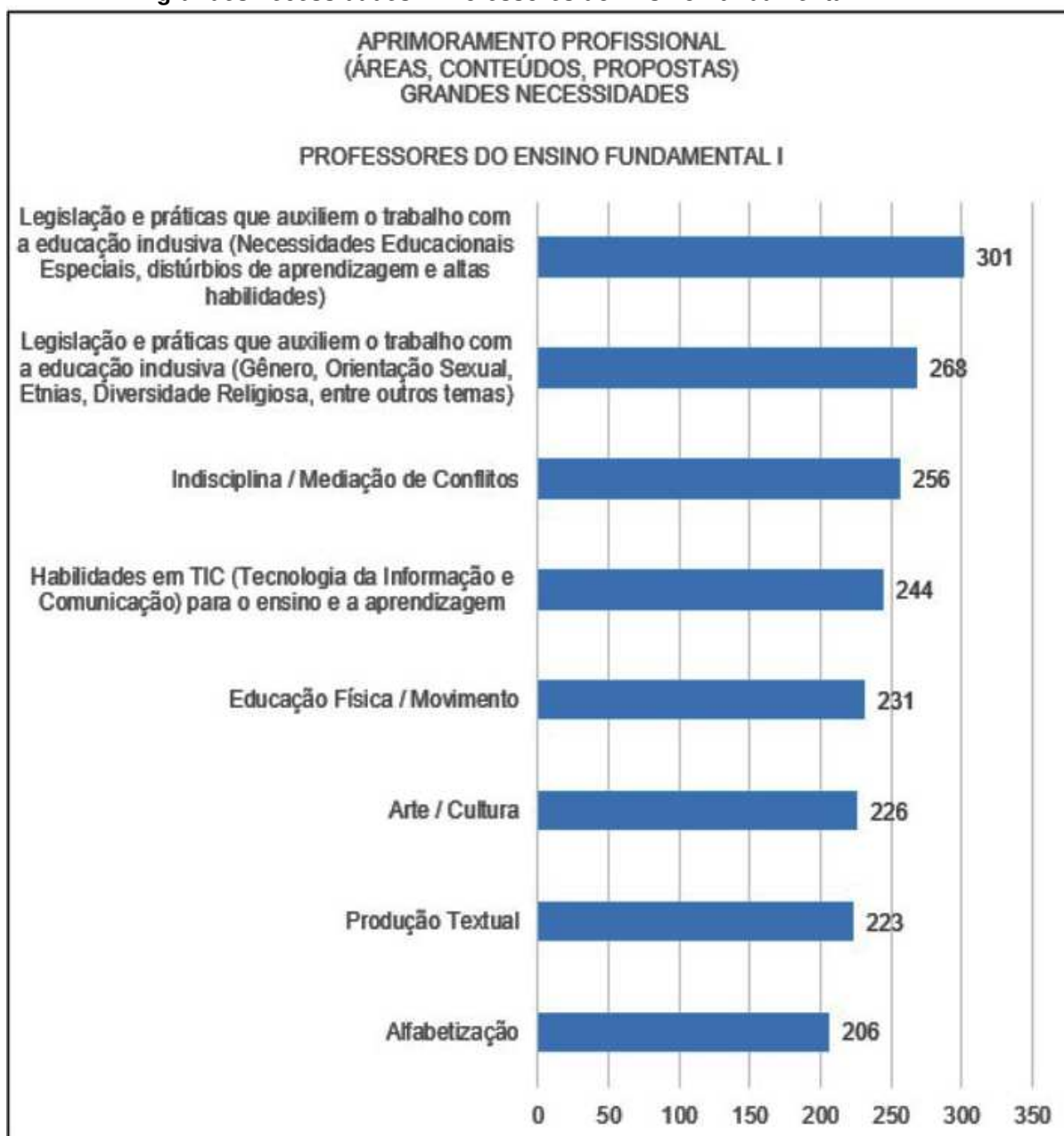
A Figura 1 destaca em primeiro lugar, as necessidades educacionais especiais, distúrbios de aprendizagem e altas habilidades, com 301 indicações.

A segunda maior necessidade apontada relaciona-se à temática gênero, orientação sexual, etnias, diversidade religiosa, com 268 indicações. Logo, observou-se com esse apontamento que “[...] há grande preocupação com a Educação Inclusiva relacionada a diversos aspectos que vão desde as necessidades educacionais especiais até as diversidades de gênero, relações étnicas, entre outros.” (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2017, p. 63).

Em terceiro maior apontamento da pesquisa, está à indisciplina e a mediação de conflitos, com 256 indicações. Em quarto lugar, esta habilidades em tecnologia da informação e comunicação para o ensino e aprendizagem, com 244 indicações. A quinta maior necessidade relaciona-se à educação física e movimentos, com 231 indicações. Em sexto lugar, refere-se à arte e cultura, com 226 indicações. Em sétimo lugar, como aprimoramento profissional, esta produção textual, com 226 indicações.

E em oitavo lugar, está alfabetização, com 206 indicações dadas pelos profissionais do ensino fundamental I. Esses resultados podem ser observados na Figura 1.

**Figura 1 – Aprimoramento profissional (áreas, conteúdos, propostas) – grandes necessidades – Professores do Ensino Fundamental I**



Fonte: São José do Rio Preto (2017).

De acordo com o Relatório de Formação Pedagógica (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2017) os professores do Ensino Fundamental II, que engloba do sexto ao nono ano, com crianças e adolescentes, na faixa etária a partir dos onze aos catorze anos, também participaram da pesquisa. Apontaram necessidades de seus aprimoramentos profissionais, relatadas na Figura 2.

A Figura 2, destaca em primeiro lugar, as dificuldades relacionadas às necessidades educacionais especiais, distúrbios de aprendizagem e altas

habilidades dos alunos, com 25 indicações. Em segundo lugar, foi apontada carência em conhecimentos nas áreas de alfabetização e letramento, com 20 indicações.

Tanto Tecnologia da Informação e Comunicação quanto Gênero, Orientação Sexual, Etnias, Diversidade Religiosa, conforme a Figura 2, foram apontadas em terceiro lugar pelos professores do ensino fundamental II, ambas com 18 indicações.

Verifica-se que existe a necessidade de legislação e práticas que auxiliem o trabalho com a educação inclusiva, relacionadas aos conteúdos sobre gênero, orientação sexual, etnias e diversidades religiosas, apontadas pelos professores do ensino fundamental I e II.

Percebe-se pelo Relatório de Formação Pedagógica (2017), uma questão fundamental, ao falar em políticas públicas para formação continuada, é salientar que as estratégias devem estar articuladas às condições de trabalho, aprimoramento e recursos tecnológicos (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2017).

**Figura 2 – Aprimoramento profissional (áreas, conteúdos, propostas) – grandes necessidades – Professores do Ensino Fundamental II**



Fonte: São José do Rio Preto (2017).

## **7 IMPORTÂNCIA DE OFERECER A DISCIPLINA DE GÊNERO E DIVERSIDADE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA**

O principal objetivo da disciplina Gênero e Diversidade na formação inicial e continuada de professores é proporcionar aos educadores ensinamentos de valorização e respeito às diversidades. Com abordagens sobre as temáticas gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais, respaldadas pela DUDH de 1948.

Souza e Silva (2015) afirmam que é necessário investir em saberes atuais e utilizar metodologias que transformem a educação, buscar estratégias de ensino considerando as mudanças decorrentes do mundo globalizado.

Para Soares (2018) as temáticas sobre gênero e diversidade sexual podem circular em várias disciplinas e contextos, mesmo que de forma indireta. É que o contato com esses conceitos, na formação inicial do docente, promoverá um olhar mais crítico, sensível, contra a ditadura da discriminação, racismo, sexismo, machismo e homofobia.

Em duas oportunidades diferentes, Soares (2018) ministrou curso de especialização para professores, a fim de promover a Educação em Saúde com foco em Gênero e Diversidade Sexual. O curso obteve uma grande evasão dos cursistas devido a valores religiosos, dificuldade de compreensão, produção textual e apropriação das discussões de identidade de gênero e orientação sexual.

O fato é que historicamente, tanto a formação acadêmica como os cursos de aperfeiçoamento de educadores não têm incorporado as diversidades de gênero, sexuais e raça/etnia, tampouco contemplado o debate sobre os temas. Segundo o livro *Gênero e Diversidade na Escola* (2009) o problema é que não se pode deixar de evidenciar “A invisibilidade da temática, por parte de educadoras e educadores e de todas as autoridades do sistema educacional, concorre consideravelmente para que essas violências se perpetuem.” (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, p.141).

A disciplina de Gênero e Diversidade nos Cursos de Graduação e Especialização contribui para a formação de profissionais capazes de estimular nos alunos uma aprendizagem interacionista. Trata-se inegavelmente de desenvolver a capacidade nos professores de compreensão das atuais transformações políticas,

econômicas, socioculturais relacionadas à sexualidade. Assim, reveste de particular importância o reconhecimento da cultura africana/afrodescendente e indígena, das lutas feministas e dos homossexuais, dentre outros grupos discriminados.

Sob essa ótica, ganha particular relevância as palavras de Neto e Leite (2015) ao constatarem que curso de especialização com disciplina sobre gênero e diversidades contribui para o estado democrático. Ademais, espera-se incluir os indivíduos que vivem a margem da sociedade, a partir da promoção da disciplina Gênero e Diversidade nos cursos de formação e especialização de professores da educação básica.

Para Freire, Santos e Haddad (2009) as discriminações em função do gênero, raça/etnia e orientação sexual acontecem em todos os espaços, inclusive na escola. Para os autores é necessário haver uma transformação de mentalidade e práticas, fomentar discussões sobre os temas, a fim de motivar reflexões individuais e coletivas. Espera-se dessa forma, contribuir para superação e eliminação de tratamentos preconceituosos, pois somente leis não bastariam.

Para isso, “Ações educacionais no campo da formação de profissionais, como o curso Gênero e Diversidade na Escola, são fundamentais para ampliar a compreensão e fortalecer a ação de combate à discriminação e ao preconceito.” (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, p.9).

Vários documentos legais formulados por políticas públicas educacionais, como por exemplo, a LDBEN (1996), tratam da legitimidade da oferta de formação continuada aos profissionais da educação. Contudo Melo e Santos (2016) apontam que os cursos de formação de docentes, juntamente com as secretarias estaduais e municipais de educação, devem realizar encontros, palestras, debates referentes a questões de diversidade sexual, no intuito, de prepará-los para o diálogo aberto e reflexivo com os estudantes.

Mostra-se no mínimo oportuno promover mudanças nas grades curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação, no combate aos preconceitos, às diferenças, pois inúmeros são os desafios já apontados sobre as dificuldades que os docentes enfrentam no cotidiano escolar. Sobretudo, se os resultados são a equidade dos gêneros, intervenção de visões estereotipadas e formação da consciência docente cidadã e crítica.

## 8 CONCLUSÃO

Esta monografia é fruto de uma pesquisa de natureza qualitativa realizada em torno dos desafios e dificuldades das instituições escolares em como tratar gênero e diversidade sexual nos currículos e nas práticas pedagógicas.

As dificuldades dos professores em políticas educacionais e trabalhar gênero e sexualidade com os alunos está aliada a escassez de material didático com essa temática, aos receios pessoais de cada professor e a má compreensão de como os comportamentos de crianças e adolescentes são influenciados pela cultura heteronormativa.

As causas das dificuldades dos professores são facilmente encontradas no quadro histórico-social do país. Uma vez que a metodologia de ensino utilizada pela escola se mostra ultrapassada e há escassez de disciplinas e cursos de aperfeiçoamento para os professores voltados sobre a temática Gênero e Diversidades.

No momento que a escola opta por enquadrar o aluno em um determinado padrão, teoricamente como normal, ela engendra desigualdades. Faz-se necessário questionar a maneira como estas normativas estão presentes nas escolas.

É preciso ressaltar que, infelizmente, essas ações são consideradas de algum modo natural e normal pela sociedade, e até mesmo pelos próprios docentes. O que importa, portanto, é modificar este legado.

Ainda por parte dos docentes, é necessária uma postura mais crítica e perspicaz aos conteúdos e atitudes, o professor pode incluir temáticas de equidade de gêneros, valorização de diferentes culturas, raças/etnias, não reproduzir sexismo, machismo e estereótipos homofóbicos. Assim como exemplificados nos planos de aula, dos apêndices A e B.

Outra alternativa de combate ao preconceito e discriminação, no que diz respeito a diversidades de gênero, raça/etnia e sexualidade é aderir práticas pedagógicas baseada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e também incluí-las na matriz curricular de cursos de formação, especialização e formação continuada nas áreas de licenciatura. Em que os princípios fundamentais de respeito ao próximo, valorização da dignidade, da cultura, de raça/etnia, de religião, de opinião política e sexo sejam praticados.

A trajetória pela inclusão, igualdade e justiça não está por acabada, existem obstáculos ainda a serem superados pelos excluídos históricos.

Enfim, o que se pretendeu com esta pesquisa, foi compreender as causas das dificuldades dos docentes em reconhecer e trabalhar gênero e diversidades.

Pela convicção de que realizar práticas pedagógicas baseadas nos princípios dos direitos humanos, contribui para que educadores tenham mecanismos que possam combater violências físicas e verbais (preconceito/discriminação), por consequência, a construção de uma sociedade democrática, justa, livre de discriminação e desigualdades.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.html). Acesso em: 18 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Rede Nacional de Formação Continuada de Professores**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-nacional-de-formacao-continuada-de-professores>. Acesso em: 19 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4/2010, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf). Acesso em: 20 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. **Resolução nº 1/2012, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. Congresso Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 20 mar. 2020.

CAMPOS, Carlos Roberto Pires (org.). **Gênero e Diversidade na escola: práticas pedagógicas e reflexões necessárias**. Vitória: Ifes, 2015.

CARRARA, Sérgio. **Educação, diferença, diversidade e desigualdade**. In: gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)**, 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



FREIRE, Nilcéa; SANTOS, Edson; HADDAD, Fernando. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

**GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MELO, Valdir Eneias; SANTOS, Wanderléia Farias. **Diversidade sexual e igualdade de gênero na escola: reflexões das práticas pedagógicas da escola municipal Creusa de Freitas Cavalcanti da rede pública municipal do Recife – PE**. In: XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES, UFPB, 2016. Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO\\_EV053\\_MD1\\_SA2\\_ID145\\_01052016152804.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV053_MD1_SA2_ID145_01052016152804.pdf). Acesso em: 01 mar. 2020.

NETO, Antonio Lopes de Souza; LEITE, Sidnei Quezada Meireles. Diversidade Cultural e de Gênero: desafios da educação inclusiva. CAMPOS, Carlos Roberto Pires (org.). **Gênero e Diversidade na escola**: práticas pedagógicas e reflexões necessárias. Vitória: Ifes, 2015.

SACRAMENTO, Weverton Pereira. Diversidade Cultural e de Gênero: desafios da educação inclusiva. CAMPOS, Carlos Roberto Pires (org.). **Gênero e Diversidade na escola**: práticas pedagógicas e reflexões necessárias. Vitória: Ifes, 2015.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto nº 13.538, de 24 de abril de 2007**. Regulamenta as atividades educacionais pluridocentes previstas no artigo 7º da lei complementar nº 138/01. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Decreto-13538-2007-Sao-jose-do-rio-preto-SP.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório final dos trabalhos da câmara de formação pedagógica**. 2017. Disponível em: <https://riopreto.demandanet.com/camara-pedagogico.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2020

SOARES, Alexandre Gomes. **A inserção de disciplinas de Gênero em cursos de Pedagogia de Faculdades de Educação: caminhos e desafios em três universidades federais em Minas Gerais**. Orientadora: Cláudia Pereira Vianna. 2018. 169 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SOUZA, Maria Aparecida; SILVA, Sheila Siqueira. Diversidade Cultural e de Gênero: desafios da educação inclusiva. CAMPOS, Carlos Roberto Pires (org.). **Gênero e Diversidade na escola**: práticas pedagógicas e reflexões necessárias. Vitória: Ifes, 2015.

VIRGINIO, Gilmar; VIRGÍNIO, Maria de Luldes; CAMPOS, Carlos Roberto Pires. Diversidade Cultural e de Gênero: desafios da educação inclusiva. CAMPOS, Carlos Roberto Pires (org.). **Gênero e Diversidade na escola**: práticas pedagógicas e reflexões necessárias. Vitória: Ifes, 2015.

**APÊNDICE A – PLANO DE AULA – LÍNGUA PORTUGUESA**

<p><b>Disciplina:</b> Língua Portuguesa    <b>Público alvo:</b> 3º ano – Ensino Fundamental I  <b>Carga horária:</b> Uma aula    <b>Professor (a):</b></p>
<p><b>Competência</b>  Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.  Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.</p>
<p><b>Habilidades</b>  <b>(EF35LP01)</b> Ler e compreender, silenciosamente e, em seguida, em voz alta, com autonomia e fluência, textos curtos com nível de textualidade adequado.  <b>(EF35LP03)</b> Identificar a ideia central do texto, demonstrando compreensão global.  <b>(EF35LP04)</b> Inferir informações implícitas nos textos lidos.</p>
<p><b>Objetivos</b>  Formação de leitor  Estratégia de leitura e compreensão dos patrimônios históricos e culturais, por meio da valorização da cultura africana/afrodescendente.</p>
<p><b>Conteúdo programático:</b>  MACHADO, Ana Maria. Menina bonita do laço de fita.  Cartazes e panfletos.</p>
<p><b>Metodologia:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fazer um círculo com os alunos, formando uma roda de conversa.</li> <li>2. Realizar a leitura do livro junto com os alunos.</li> <li>3. Realizar a interpretação do livro com questões.</li> <li>4. Quais as suas características (pele/cabelo)? Como ela parece estar se sentindo? Deixar os alunos darem suas opiniões.</li> <li>5. Quais as características do coelho? Qual foi sua descoberta?</li> <li>6. Por que os filhotes do coelho nasceram um de cada cor?</li> <li>7. Elaboração de cartazes. (Com jornais e revistas)  Personalidades da música, artistas, políticos, todos da raça negra, do Brasil e do mundo. Comidas típicas africanas. Roupas típicas africanas.</li> </ol>
<p><b>Avaliação:</b>  Participação dos alunos nas respostas.  Avaliar a e compreensão da sequência dos fatos ocorridos na história e da importância de valorizar as diferentes raças/etnias.</p>
<p><b>Bibliografia:</b>  BRASIL, Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/</a>.  BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf">http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf</a>.</p>

**APÊNDICE B – PLANO DE AULA – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

<b>Disciplina:</b> Ciências Humanas e Sociais	<b>Público alvo:</b> 1º ao 3º ano – Ensino Médio
<b>Carga horária:</b> Duas aulas	<b>Professor (a):</b>
<b>Competência</b>	
Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.	
<b>Habilidades</b>	
<b>(EM13CHS502)</b> Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.	
<b>(EM13CHS503)</b> Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.	
<b>Ementa:</b>	
Identificar que há um movimento social e cultural distorcido, por meio da história, sobre o que é, de fato, ser homem, que vem passando de geração para geração e que contribui para o aumento de comportamentos abusivos como violência, machismo, sexismo e homofobia.	
<b>Objetivos:</b>	
Identificar práticas de dominação masculina por meio de produção textual.	
Reconhecer elementos e práticas que influenciam as relações de gênero.	
<b>Objetivos específicos:</b>	
Permitir a concepção de múltiplas masculinidades e feminilidades, privilegiando a pluralidade e igualdade de direitos entre homens e mulheres.	
<b>Conteúdo programático:</b>	
Romance: Menino de Engenho (José Lins do Rego)	
Documentário: The Mask You Live In (A Máscara Em Que Você Vive). 2015. 92 min.	
<b>Metodologia:</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Passar o romance Menino de Engenho como leitura. Após.</li> <li>2. Passar o documentário A Máscara Em Que Você Vive para os alunos.</li> <li>3. Montar uma roda para discutir sobre masculinidade tóxica e relações de gênero e debater sobre as questões relativas ao documentário.</li> <li>4. Pedir para os alunos produzam um texto sobre as suas próprias trajetórias. Abordando assuntos como: que é ser homem ou mulher hoje? Pressão da sociedade em seguir certos padrões.</li> </ol>	
<b>Avaliação:</b>	
Os alunos serão avaliados mediante produção de texto e participação no debate.	
<b>Bibliografia:</b>	
BRASIL, Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/</a> .	
REGO, José Lins. Menino de engenho. 80. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.	
The Mask You Live In (A Máscara Em Que Você Vive). 2015. 92 min. Disponível em: < <a href="https://www.youtube.com/watch?v=l1OI9B0VSlA&amp;t=1181s">https://www.youtube.com/watch?v=l1OI9B0VSlA&amp;t=1181s</a> >.	

**ANEXO A - ATIVIDADES EDUCACIONAIS PLURIDOCENTES - Decreto nº 13.538,  
de 24 de abril de 2007.**

DECRETO Nº 13.538, DE 24 DE ABRIL DE 2007.



**REGULAMENTA AS**  
**ATIVIDADES**  
**EDUCACIONAIS PLURIDOCENTES**  
**PREVISTAS NO ARTIGO 7º DA LEI**  
**COMPLEMENTAR Nº 138/01.**

PREFEITO EDINHO ARAÚJO, do Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 2º, § 2º da Lei nº 6.970, de 30 de dezembro de 1997; DECRETA:

**Art. 1º** As atividades educacionais pluridocentes destinam-se à execução de ações educacionais complementares de professores, exercidas em horário e carga horária que não sejam da Jornada que lhes foi atribuída.

**Art. 2º** Consideram-se atividades educacionais complementares as destinadas ao atendimento de alunos coordenação de cursos de formação continuada de educadores e de projetos especiais para atendimento de professores desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação ou, em parceria com outras Secretarias Municipais ou Instituições

**Art. 3º** As atividades educacionais pluridocentes somente poderão ser exercidas mediante apresentação de projetos e autorização prévia da Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 4º** As atividades regulamentadas por este Decreto serão atribuídas como carga suplementar dos docentes, não podendo ultrapassar 09 (nove) horas semanais para este fim.

Parágrafo único. Deverão ser respeitadas as 09 (nove) horas diárias (Jornada + Carga Suplementar) de trabalho.

**Art. 5º** É vedada a contratação de professores somente para desenvolver estas atividades.

**Art. 6º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Dr. Lotf João Bassitt", 24 de abril de 2007, 155º ano de Fundação e 113º ano de Emancipação Política de São José do Rio Preto.

EDINHO ARAÚJO  
Prefeito

MARIA DO ROSÁRIO CERÁVOLO LAGUNA  
Secretária Municipal de Educação



ADILSON VEDRONI  
Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos

Registrado no Livro de Decretos e, em seguida publicado por afixação na mesma data e local de costume, pela Imprensa Local